



INSTITUTO
Nossa Ilhéus

Ao Ministério Público Estadual
À Ilma. Srª Dra. Aline Valéria Archangelo Salvador
M.D. Promotora Regional de Meio Ambiente Costa do Cacau Leste

O Instituto Nossa Ilhéus, associação da sociedade civil inscrita no CNPJ N. 15.503.904/0001-07, sediada à Rua Eustáquio Bastos, 126, Sala 803, Centro, Ilhéus – BA, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, Maria do Socorro Ferreira de Mendonça, inscrita no CPF. 124.768895-04, residente ao Loteamento Jardim Pontal, Rua 04, n. 72, apt. 1, Pontal, Ilhéus – BA, vem apresentar REPRESENTAÇÃO ao Ministério Público Estadual da Bahia.

DOS FATOS:

Em 2003, a empresa australiana de capital aberto Mirabela Nickel cria a sua subsidiária brasileira Mirabela Mineração do Brasil, para explorar a segunda maior reserva de Níquel Sulfetado do Mundo e a maior reserva de Níquel da América Latina, no município de Itagibá, próximo de Ipiaú, na Bahia. A mina Santa Rita da Mirabela entra em operações em 2009.

Em 2013, a Mirabela começa a entrar em crise por conta da queda do preço do Níquel no mercado internacional. Em 2014, 200 funcionários são demitidos para reduzir custos. No primeiro semestre de 2015 a empresa dobra a sua produção para compensar a queda do preço de níquel no mercado internacional.

Em 3 de Agosto de 2015, a Mirabela Nickel da Austrália emite um comunicado a seus acionistas informando que vai reduzir suas operações. De acordo com esse comunicado, os cortes afetam principalmente as áreas de operação, manutenção e planejamento.

Em 30 de Outubro de 2015, a Mirabela Nickel da Austrália emite um comunicado a seus acionistas informando que estava demitindo cerca de 33,7% de seus funcionários, totalizando 220 empregados e 180 tercerizados.

A falta transparência da empresa, especialmente no Brasil, pode ser notada em seu site oficial (<http://mirabelamineracao.com>) que ficou sem publicar nenhuma notícia por 1 ano e 4 meses, até que em 23 de outubro de 2015, publica uma lacônica nota sobre a “reestruturação” da empresa, ou seja: a demissão de 400 funcionários diretos e indiretos. Seu blog (<http://mirabelacursos.blogspot.com.br>) está abandonado desde



INSTITUTO
Nossa Ilhéus

2012. Seu canal de denúncias (0800 779 9669) não atende, assim como os telefones da empresa (073 3313-1323 / 3313-1300) conforme constam no seu site.

Apesar de a Mineração Mirabela prestar contas à sociedade, não é possível confiar nos dados emitidos pela empresa, uma vez que não existe fiscalização técnica especializada para confrontar os dados apresentados com a realidade da mina.

Após a tragédia do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em Mariana (MG), a sociedade civil passa a questionar a Mirabela a respeito da segurança de suas instalações.

A empresa continua sem dialogar com a sociedade civil e realiza uma visita à Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da Bahia no final de Novembro. Em seguida, a Assessoria de Comunicação da SEPLAN emite uma nota para a imprensa afirmando que a Mirabela apresentou o plano de segurança de sua barragem de rejeitos.

No entanto, esse suposto plano de segurança em nenhum momento foi referendado por especialistas e ou apresentado à sociedade civil e, segundo uma fonte na Seplan, a Mirabela fez apenas uma visita de cortesia – planejada antes da tragédia em Mariana acontecer – ao Governo do Estado da Bahia na figura do seu vice-governador, que acontece de ser também o secretário de planejamento, e ao vice prefeito de Ilhéus.

De acordo com essa fonte no órgão estatal, a Seplan não teria competência para tratar de assuntos ligados à mineração e que as questões relativas a essa área estariam sob a competência da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) ou à SEMA – Secretaria do Meio Ambiente para prestar contas com referência à prováveis condicionantes oriundos do licenciamento do empreendimento, como apresentação de relatórios periódicos.

Para Rafael Avena Neto, Diretor Técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, a barragem de rejeitos da Mirabela à margem do Rio de Contas é uma instalação moderna. Ele chega a afirmar que a empresa recentemente alteou sua barragem para cota máxima de 200 metros, sendo que a altura atual dos rejeitos não passa dos 150m. Ainda de acordo com Avena, especialistas de renome internacional acompanham a barragem assim como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que lá esteve fiscalizando em outubro de 2015. Mas, finaliza afirmando que a CBPM não tem competência a respeito de barragens de rejeitos, apenas sobre pesquisa mineral.

Segundo relatos de um ex funcionário da área técnica da Mirabela, a barragem da mina Santa Rita em Itagibá não foi construída de acordo com o projeto elaborado pela



INSTITUTO
Nossa Ilhéus

empresa Vogbr, estando a Mirabela processando a empresa Barbosa Melo, responsável pela fase inicial de construção da barragem. Há suspeitas de superfaturamento da obra e não execução do projeto original.

Esse mesmo funcionário informou que desde 2011 a Mirabela sabe que a sua barragem de rejeitos em Itagibá está com alguns pontos de infiltração e de que há fortes indícios de que os filtros internos da barragem não mais estejam exercendo as funções que deles se espera. Isso tudo estava devidamente evidenciado pelas erosões observadas no pé do talude e no vertedouro da barragem que eram registradas nas fichas de inspeção da barragem. Afirma ainda, que entre 2011 e 2013, aumentou em muito a incidência da infiltração. Atualmente, com o alteamento da barragem, essa infiltração não está visível na parte externa, mas pode estar ocorrendo internamente.

Esse funcionário também informa que a fiscalização regular é feita pela própria Mineradora e que o DNPM fiscaliza apenas uma vez por ano e que essa fiscalização se limita a tão somente verificar a documentação existente produzida pela própria Mineradora somada a um giro de carro pelos arredores da barragem, não havendo, de maneira séria, uma confrontação da vistosa papelada apresentada com a realidade trágica escondida não somente na barragem de rejeitos, mas também nas cavas e nas pilhas de estéril.

Cabe destacar que o DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral não dispõe de especialistas em cava e pilha estéril assim como de especialistas em barragem de rejeitos capazes de acompanhar o trabalho do técnico que fiscaliza a documentação. “Se ninguém é especializado naquilo que fiscaliza, quem garante que o projeto foi executado de acordo com o projeto? Será que mesmo alteada a barragem é segura? Se ninguém está confrontando o documento com a realidade, não podemos ter certeza. Se ao fiscalizar inexistente qualquer confrontação entre documentos e construção, como dormir em paz com tamanho perigo por perto?” desabafa o ex funcionário.

DO PEDIDO:

Ante o exposto, o Instituto Nossa Ilhéus requer que:

- a) A presente representação seja recebida e que o Ministério Público Estadual instaure o devido inquérito, visando à apuração da veracidade da citada denúncia;
- b) Caso sejam verificadas indícios de verdade, os devidos procedimentos legais sejam tomados;
- c) Decisões e encaminhamentos relativos a presente representação, solicitamos sejam informadas ao Instituto Nossa Ilhéus, no endereço constante na qualificação, ou por meio do e-mail contato@nossailheus.org.br.



INSTITUTO
Nossa Ilhéus

Termos em que,
Pedem deferimento.
Ilhéus/BA, 15 de Dezembro de 2015.

INSTITUTO NOSSA ILHÉUS

Maria do Socorro Ferreira de Mendonça